

Relações raciais e educação: a formação continuada de docentes da escola básica - evidenciando alguns fatores relacionados às políticas estabelecidas

Racial relationships and education: the continuing education of teachers of basic school - demonstrating some factors related to the policies established

Iolanda de Oliveira

Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – USP.
Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF. E-mail: iolanda.eustaquio@globo.com.

Resumo

Neste artigo, trata-se da formação continuada de profissionais do magistério que atuam na escola básica, a partir da qual se salientam dois fatores distintos observados na análise de dois cursos: a presença dos profissionais por cor e os temas privilegiados pelos docentes em suas práticas profissionais, a partir dos conteúdos ministrados. Foram selecionados para a realização do presente estudo dois cursos, sendo um deles de especialização e outro de extensão, ministrado à distância. Os resultados apontam a necessidade da tomada de conhecimento de parte dos profissionais brancos da sua responsabilidade na promoção da igualdade racial e as contribuições do tipo de formação ministrada para uma prática pedagógica comprometida com a questão racial.

Palavras-chave

Negro. Educação. Magistério.

Abstract

This article is intended to demonstrate the continuing education of teachers of basic school from which two distinct factors arise through the observation of two courses: the presence of the professionals on the basis of color and the topics highlighted by the teachers in their practice stemmed from the given courses. Two courses were thus selected for the current research: a specialization course and a distance learning one. The results lead to the conclusion that the white professionals should be more aware of their responsibility concerning the promotion of racial equality through a pedagogical practice which has to be committed to the racial issue.

Key-words

Black. Education. Teaching

Introdução

A formação continuada de professores da escola básica, com vistas a educação para as relações raciais, tem sido objeto do trabalho do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira (Penesb) da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, conforme já declarado em outras publicações. Entretanto, tal esclarecimento se faz novamente necessário, para situar imediatamente o leitor, sobre o lugar a partir do qual este artigo é produzido, sem remetê-lo a produções publicadas anteriormente.

Desde sua aprovação pelo Conselho de Ensino e Pesquisa da UFF, o Programa privilegia a pesquisa, o ensino e a extensão, enfatizando, em seus primeiros anos, a formação continuada por meio de cursos de pós-graduação *lato sensu* e de cursos de extensão.

Para maior compreensão dos leitores sobre o perfil dos profissionais que são formados, reapresenta-se as disciplinas que compõem o currículo dos cursos.

Os conteúdos básicos dos cursos oferecidos pelo Programa foram determinados por meio do diálogo com os profissionais que atuam na respectiva formação e dos egressos das primeiras turmas.

Como resultado, que no momento exige nova reformulação, têm-se no curso de pós-graduação as seguintes disciplinas: História da África, O negro na história do Brasil, Teoria Social e Relações Raciais, Raça, Currículo e Práxis Pedagógica, O Negro no Ensino da Língua e da Literatura, Pesquisa Educacional e Relações Raciais,

Mitologia e Cosmologia Africana e Relações Raciais e Subjetividade, totalizando 375 horas aulas, acrescentadas de um semestre para elaboração e desenvolvimento da monografia, sob a forma de um projeto de transformação a partir do qual são produzidos saberes, orientando-nos pela teoria de René Barbier sobre pesquisa ação.

Para os cursos de extensão, cuja carga horária é de 180 horas-aula, as disciplinas do curso de pós-graduação, excluindo-se a Pesquisa Educacional e Relações Raciais e Relações Raciais e Subjetividade, são ministradas de forma condensada. Nestes cursos é exigido, como trabalho final, o planejamento de uma atividade sobre o negro, para o público com o qual os cursistas exercem sua atividade profissional, em geral estudantes da escola básica, e em outros casos em que a atividade exercida é a direção, coordenação ou supervisão, essa é planejada para os docentes, a partir da elaboração do Projeto Político Pedagógico, o mesmo ocorrendo nos cursos de pós-graduação *lato sensu*, com a exigência de um Plano de trabalho no qual a questão racial negra é incorporada e cujo desenvolvimento do conteúdo racial é acompanhado e orientado durante um semestre.

O propósito dos cursos é oferecer aos profissionais docentes condições necessárias a uma atuação satisfatória com a diversidade racial brasileira, buscando-se ampliar o comprometimento com a equidade em educação para com outros grupos que compõem a diversidade humana e que por suas particularidades, foram colocados em situação de inferioridade.

Neste artigo, discute-se duas questões evidenciadas nos citados cursos, sendo que o curso de extensão do qual os dados são apresentados foi ministrado sob a modalidade à distância, com uma carga horária presencial de 24 horas-aula, do total de 180 horas.

Os dois fatores evidenciados e aqui discutidos são os seguintes: a cor dos cursistas selecionados e os temas privilegiados nos projetos de transformação da educação pelos mesmos.

A cor dos cursistas selecionados

Ao longo dos cursos, ministrados a partir de 1995, quando o Programa foi aprovado, percebe-se que a cor predominante dos cursistas é a negra, a despeito da equipe de seleção não ter a cor dos candidatos como critério de seleção.

Para os cursos de pós-graduação a seleção é feita em três fases: realização de uma prova escrita sobre tema educacional, com caráter eliminatório, análise do *curriculum vitae*, privilegiando os que atuam na escola pública e realização de entrevista, ambas também eliminatórias, mas com peso menor do que a prova escrita. Por motivo de entender-se que a reversão dos problemas sobre a diversidade humana, decorrentes da invenção social, são da responsabilidade de toda a população, a cor do candidato não é incorporada nos critérios de seleção em nenhuma das fases.

Para os cursos de extensão o único critério é a análise do *curriculum vitae*, privilegiando os que atuam na escola básica pública. No caso do número de candidatos,

a partir deste critério, exceder ao número de vagas, elege-se outros, mas entre estes, não se inclui a cor dos candidatos.

A presença majoritária de negros nos cursos oferecidos é oposta ao que ocorre comumente na universidade em que a presença branca é predominante, conforme comprovam os dados de órgãos oficiais como IBGE e IPEA. Outro fator que se opõe ao constatado é o resultado da pesquisa realizada pelo Penesb, cuja publicação intitula-se *Cor e Magistério* (OLIVEIRA, 2006). Realizada a partir do censo de 2000, por meio da análise de 19 estatutos estaduais de magistério e pela aplicação de questionários e realização de entrevistas em seis escolas públicas do estado do Rio de Janeiro, obteve-se como resultado, entre outras constatações, que o magistério de modo geral, sem estratificação por graus ou níveis de ensino, é feminino e branco, sendo as professoras negras mais representadas no primeiro segmento do ensino fundamental, correspondendo a 40% do total e, portanto, com uma diferença de 20% a menos que a presença branca. Nos segmentos e graus de ensino subsequentes, percebe-se o desaparecimento gradativo da presença negra e das mulheres até o ensino superior, cuja predominância é de homens brancos. Constata-se, portanto, a discriminação de raça e de gênero no interior do magistério. Tais resultados, datando do final do século XX e da primeira década do século XXI, estão a exigir nova pesquisa para que se constatem a persistência ou não do que foi evidenciado, a despeito da ausência, neste período, de políticas públicas visando

à democratização de gênero e de raça no interior da profissão do magistério.

Considerando-se que os cursos aqui analisados destinam-se aos profissionais da escola básica em que a prevalência é de mulheres brancas, necessariamente seriam majoritárias também nos cursos oferecidos para formação continuada que privilegiam professores que atuam neste nível de ensino. Surge daí, entretanto, algo a ser pesquisado. A constatação de que o magistério é feminino e branco não se faz pela desagregação público/particular e, nos cursos, privilegia-se o público, o que anuncia a necessidade de que esta desagregação se faça em futuras pesquisas, a fim de responder à seguinte questão: a constatação de que o magistério é feminino e branco se mantém quando os dados são desagregados público/privado?

A cor no curso de Pós-graduação *lato sensu*, oferecido no período 2005/2006

Na tentativa de obter uma compreensão científica do fenômeno cor nos referidos cursos, que nas turmas anteriores foi observada sem o rigor que a produção de conhecimentos exige, realizou-se um estudo sobre os candidatos da turma cujo curso se realizou no período citado, obtendo-se os resultados que se seguem.

O público alvo do curso foram os docentes de educação infantil, ensino fundamental e médio, portadores de diploma de graduação, psicólogos, orientadores, supervisores, administradores educacionais e outros profissionais, priorizando-se os da

área de educação em exercício na escola pública.

O processo de seleção para o curso constou de três fases: uma prova escrita do tipo dissertação, análise do *currículum vitae* e entrevista, todas eliminatórias. É importante reafirmar que em nenhuma das fases a cor foi incluída entre os critérios de seleção, porque se entende que a educação para as relações etnicorraciais é da responsabilidade de todos os educadores, independente do pertencimento racial.

Inscreveram-se para o curso 189 candidatos, sendo que compareceram para a prova escrita 144, o que corresponde a 76%, com um número de faltosos de 24%.

Tabela 1 - Inscritos por cor

COR	n.	%
Negra	61	32
Branca	75	40
Não declarada	53	28
Total	189	100

Entre os inscritos, os brancos representam maior percentual, seguido dos negros e com um expressivo percentual de não declarados.

Em relação ao total dos que compareceram à prova escrita, os percentuais por cor têm ligeiras alterações com pequeno acréscimo dos negros e não declarados e também com ligeiro decréscimo do percentual de brancos. Conseqüentemente, o percentual de não comparecimento por cor, com predominância dos brancos, tem um percentual equiparável de negros e não declarados. Observa-se que do total de

inscritos, os brancos correspondiam a 40%, sendo o grupo racial mais representado, percentual que se eleva em relação aos inicialmente desistentes.

Tabela 2 - Inscritos que compareceram e ausentes à prova escrita por cor

	COMPARECERAM		NÃO COMPARECERAM	
	n.	%	n.	%
Negros	49	33	12	27
Branca	54	38	21	46
Não declarada	41	29	12	27
Total	144	100	45	100

Submetidos à prova escrita, percebe-se que os negros que representavam 32% dos inscritos e 33% dos que compareceram a esta fase da seleção, passam a representar 54% dos classificados.

Os brancos que no momento da inscrição representavam 40%, ultrapassando significativamente o percentual de negros e dos não declarados, mantêm vantagem no comparecimento, mas na classificação como resultado da prova escrita, passam a representar um percentual muito abaixo da representação negra, sendo os não declarados os menos representados.

Percebe-se que é nesta fase que os negros passam a representar um percentual significativamente mais elevado que os brancos e não declarados, mantendo esta posição até o final do processo de seleção, quando representa 70% dos classificados.

Em nossa análise, procura-se refletir sobre as possíveis causas do sucesso de um maior percentual de negros na prova escrita, o que em geral não ocorre em todo

o sistema educacional brasileiro, no qual os negros são evidenciados em situação inferior a dos brancos e, portanto, significativamente menos representados no ensino superior.

Alguns fatos contribuem para esclarecer o que foi evidenciado. Consideramos como possível o conteúdo selecionado para a prova escrita por meio da bibliografia indicada que foi a seguinte:

Brasil. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*.

Brasil. *Lei 10639/03*.

CNE. *Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Etnorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana*.

CNE. *Resolução n. 1/2004*.

SAVIANI, Dermeval. *A nova Lei da Educação (LDB): trajetória, limites e perspectivas*. Campinas: Autores Associados, 1997.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade – uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999

A partir desta bibliografia, foi elaborada a prova escrita que se apresenta a seguir:

PROVA DE SELEÇÃO

Escolha uma entre as três questões apresentadas e disserte sobre o tema escolhido por você, com ênfase na bibliografia indicada:

- 1 – A questão étnico racial na construção do currículo escolar
- 2 – A questão étnico racial no Projeto Político Pedagógico
- 2 – A educação escolar para as relações étnico raciais: possibilidades e limitações

Ainda que a questão negra, bem como a de outros grupos rejeitados, seja da responsabilidade de toda a sociedade, devendo ter uma intervenção efetiva de parte do estado, é possível que, uma bibliografia selecionada e as questões colocadas, que destacam a educação para a diversidade racial, com ênfase na população negra, provoquem maior interesse nos docentes negros, ainda que esta seja uma possível constatação, que anuncia possíveis equívocos de parte dos candidatos brancos. A seleção da bibliografia relacionada teve como critério, a necessidade de dar espaço aos profissionais que tivessem o domínio de questões básicas sobre as discussões contemporâneas em cuja pauta o negro está presente. Embora, se saiba que estas questões deveriam ser do domínio de todos os docentes que atuavam na década considerada, no sistema educacional, é possível que afetados pelo ideal de branqueamento e atribuindo tal responsabilidade prioritariamente aos ne-

gros, os profissionais brancos, ainda que inscritos e tenham comparecido à prova escrita em um percentual maior que os outros dois grupos, seu desempenho em termos de grupo apresenta desvantagem em relação aos negros, que nesta fase avançam, mantendo esta posição até o final da seleção.

A partir do constatado, pode-se inferir que para os negros, o conteúdo selecionado foi mais relevante ao contrário do que em geral ocorre no interior do ensino superior.

Destaca-se sem dúvida, como proposta da equipe organizadora da seleção, ter como critério de seleção, o significado social dos conteúdos a serem ministrados, em face ao tema do curso.

A relação entre educação e sociedade, a comprovação desde a escola nova da importância da seleção de conteúdos privilegiar os interesses e as necessidades dos educandos, precedida das ideias de Comenius no século XII, o qual rompe com a suposta neutralidade da escola tradicional, passa-se a uma pedagogia progressista que privilegia a questão de classe social e atualmente esta pedagogia propõe para a escola, o desafio de uma educação para a diversidade e neste caso particular, a questão que se coloca é a educação para a diversidade racial brasileira. Tais teorias legitimam a educação para a igualdade racial e, portanto, uma seleção de profissionais que tenha como exigência, para com os inscritos, o domínio de conteúdos mínimos que expliquem a situação de inferioridade do negro e das exigências legais em relação a educação

da diversidade racial, em um momento histórico brasileiro em que tais questões suscitarão discussões no âmbito de toda a sociedade.

Tabela 3 - Candidatos classificados e não classificados na prova escrita por cor

COR	CLASSIFICADOS		NÃO CLASSIFICADOS	
	n.	%	n.	%
Negros	40	54	9	13
Branca	30	39	24	34
Não declarada	5	7	36	53
Total	75	100	69	100

Entre os 75 classificados na prova escrita, foram selecionados 57 para a entrevista por meio do *curriculum vitae* que privilegiou os profissionais da escola pública e entre estes, os docentes que em sua carreira, evidenciaram interesse pela formação continuada por meio da participação em cursos e eventos. As trajetórias profissionais desprovidas deste aspecto foram eliminadas, sendo estes os dois principais critérios utilizados nesta parte da seleção.

Esta fase manteve uma aproximação aos percentuais anteriores por

cor entre os 57 selecionados, com uma permanência maior do percentual de negros.

Na fase da entrevista a qual foi realizada para estabelecer a relação entre os dados do *curriculum vitae* e a fala dos candidatos, foram eliminados 12 inscritos, entre os quais seis brancos, dois pretos e os cinco não declarados. Entre estes, dois brancos e três não declarados foram classificados, mas não fizeram a matrícula no período determinado, sendo por este motivo, eliminados.

Tabela 4 - Inscritos, classificados e não classificados por cor

COR	INSCRITOS		CLASSIFICADOS		NÃO CLASSIFICADOS	
	n.	%	n.	%	n.	%
Negra	61	32	32	70	29	15
Branca	75	40	13	30	62	32
Não declarada	53	28	---	---	53	28
Total	189	100	45	100	144	100

Os concluintes, em um total de 28 cursistas que corresponde a apenas 62% dos inicialmente matriculados, mantiveram a prevalência de negros em proporção equiparável aos que iniciaram o curso.

A presença negra no curso de extensão Educação para as Relações Raciais, na modalidade a distância, nos polos de cinco municípios do estado do Rio de Janeiro, ministrado em 2009/2010

Buscando avançar na compreensão do fenômeno da prevalência de negros nos cursos sobre a educação da população negra, incorporou-se neste estudo entre outros aspectos a cor dos cursistas, também a partir da inscrição.

Recorrendo igualmente a aspectos quantitativos, apresentam-se os resultados evidenciados na inscrição até a fase final do curso.

Tabela 5 - Número de inscritos por polo/cor

MUNICÍPIO/POLO	COR					Total
	Negra	Branca	Indígena	Amarela	Não declarada	
Duque de Caxias	31	13	1	0	8	53
Itaguaí	27	11	0	0	16	54
Magé	26	12	0	2	2	42
Nova Iguaçu	46	21	0	0	4	71
Rio das Ostras	52	27	0	4	5	88
Total Geral	182	84	1	6	35	308

Tabela 6 - Percentual de inscritos por polo/cor

POLO	COR					Total
	Negra	Branca	Indígena	Amarela	Não declarada	
Duque de Caxias	59	24	2	0	15	100
Itaguaí	50	20,4	0	0	29,6	100
Magé	61,8	28,6	0	4,8	4,8	100
Nova Iguaçu	61,8	29,6	0	0	5,6	100
Rio das Ostras	59,1	30,7	0	4,5	5,7	100
Total Geral	67,1	27,3	0,3	1,9	11,4	100

Realizado em dois municípios da baixada fluminense com características populacionais muito semelhantes em relação à significativa presença negra, Duque de Caxias e Nova Iguaçu, o curso incluiu também Itaboraí e Magé cujo percentual de negros é menor e o município de Rio das Ostras que é um espaço turístico pela presença de praias oceânicas, o que provavelmente reduz a presença negra. Entretanto, mesmo nestes espaços o percentual negro

prevalece, desde a inscrição, contrariamente ao que ocorreu no curso de Pós-graduação, cuja prevalência negra, tem na prova escrita o seu momento decisivo em termos de superação expressiva em relação ao grupo branco e aos não declarados.

No curso em discussão, a classificação foi decidida a partir do acesso à plataforma, sendo considerados desistentes os que não a acessaram durante a primeira disciplina.

Tabela 7 - Número de desistentes por polo/cor

POLO	COR					Total
	Negra	Branca	Indígena	Amarela	Não declarada	
Duque de Caxias	11	4	1	0	1	17
Itaguaí	9	6	0	0	2	17
Magé	6	5	0	1	0	12
Nova Iguaçu	14	10	0	0	1	25
Rio das Ostras	16	14	0	1	0	31
Total Geral	56	39	1	2	4	102

Tabela 8 - Percentual de desistentes por polo/cor

POLO	COR					
	Negra	Branca	Indígena	Amarela	Não declarada	Total
Duque de Caxias	64,7	23,5	5,9	0,0	5,9	100
Itaguaí	52,9	35,3	0,0	0,0	11,8	100
Magé	50,0	41,7	0,0	8,3	0,0	100
Nova Iguaçu	56,0	40,0	0,0	0,0	4,0	100
Rio das Ostras	51,6	45,2	3,2	0,0	0,0	100
Total Geral	54,9	38,2	1,0	2,0	3,9	100

A partir das tabelas 7 e 8, constata-se o alto índice de desistência, correspondendo a aproximadamente um terço dos inscritos. A seguir, resolveu-se averiguar os percentuais de desistência em cada pólo para constatar se há diferença entre os municípios, verificando-se conforme comprova a tabela n. 9 que os percentuais de desistência no interior de cada município são equiparáveis entre si e em relação ao percentual de desistência em seu total geral. Pode-se inferir que há possivelmente, fatores inerentes ao próprio exercício no magistério que contribuem para provocar o fenômeno

considerado, uma vez que os resultados comprovam que as diferenças espaciais não estão interferindo de modo significativo na desistência ou não do curso. Percebe-se que Nova Iguaçu e Rio das Ostras portadoras de grandes diferenças espaciais e em relação aos deslocamentos humanos, têm percentuais de desistência equiparáveis.

Os dados anunciam que a questão da desistência, possivelmente independe do quesito cor, mas de outros fatores que suscitam outras investigações, provavelmente, tendo os egressos como sujeitos.

Tabela 9 - Desistentes em relação aos inscritos por polo

POLO	INSCRITOS	DESISTENTES	
		n.	%
Duque de Caxias	53	17	32,08
Itaguaí	54	17	31,48
Magé	42	12	28,57
Nova Iguaçu	71	25	35,21
Rio das Ostras	88	31	35,23
Total	308	102	33,12

Tabela 10 - Número de matriculados por polo/cor

POLO	COR				
	Negra	Branca	Amarela	Não declarada	Total
Duque de Caxias	20	9	0	7	36
Itaguaí	18	5	0	14	37
Magé	20	7	1	2	30
Nova Iguaçu	32	11	0	3	46
Rio das Ostras	36	13	3	5	57
Total Geral	126	45	4	31	206

Tabela 11 - Percentual de matriculados por polo/cor

POLO	COR				
	Negra	Branca	Amarela	Não declarada	Total
Duque de Caxias	56	25	0,0	19,0	100
Itaguaí	48	14	0,0	38,0	100
Magé	66,8	23,3	3,3	6,6	100
Nova Iguaçu	69,6	23,9	0,0	6,5	100
Rio das Ostras	62,7	23	5,3	9,0	100
Total Geral	61,3	21,8	1,9	15,0	100

Entre os inscritos, matriculados e também entre os concluintes, paralelamente a um maior percentual de negros, salienta-se um expressivo número de não declarados, o que abre a possibilidade de que estes sejam mestiços e que ainda não despertaram a necessária

consciência racial para auto declarar-se. É possível que, o ideal de branqueamento, disseminado no Brasil, provoque a inibição dos que não são brancos e nem se consideram negros, impedindo-lhes de sentirem a liberdade de determinar o seu pertencimento racial.

Tabela 12 - Número de concluintes por disciplina/cor

DISCIPLINA	Negra	Branca	Amarela	Não declarada	Total
I – História da África	78	34	2	17	131
II – O Negro no Ensino da Língua e da Literatura	68	27	2	15	112
III – Teoria Social e Relações Raciais	58	27	2	14	101
IV – Raça, Currículo e Práxis Pedagógica	49	26	2	12	89
V – O Negro na História do Brasil	43	21	2	7	73
VI – Mitologia e Cosmologia Africana	38	22	2	6	68

Tabela 13 - Percentual de concluintes por módulo/cor

DISCIPLINA	Negra	Branca	Amarela	Não declarada	Total
I – História da África	59,5	26,0	1,5	13,0	100
II – O Negro no Ensino da Língua e da Literatura	60,71	24,11	1,79	13,39	100
III – Teoria Social e Relações Raciais	57,86	26,3	1,98	13,86	100
IV – Raça, currículo e Práxis Pedagógica	55,06	29,21	2,25	13,48	100
V – O Negro na História do Brasil	58,90	28,77	2,74	9,59	100
VI – Mitologia e Cosmologia Africana	55,89	32,35	2,94	8,82	100

No presente curso comprova-se que a presença negra é predominante desde as inscrições, no ato da matrícula e na conclusão do curso, a despeito da gradativa desistência da 1ª à 6ª disciplina que levou os concluintes em um total de 68 cursistas, a representarem apenas 33% dos que iniciaram o curso. Por outro lado, é importante considerar que há os que não cursaram até à 6ª disciplina, mas tiveram uma participação parcial, concluindo um ou mais módulos, o que certamente pro-

vocou alguma mudança na sua relação com a diversidade racial brasileira.

Temas privilegiados pelos concluintes dos dois cursos em sua prática transformadora

De acordo com o objetivo geral do curso que visa à transformação da prática pedagógica dos cursistas, dando-lhes oportunidade de adquirir condições de alterar os seus projetos de trabalho, incorporando

neles os conhecimentos sobre o negro, nos dois níveis de curso, é obrigatória a elaboração de um Plano de trabalho incluindo a temática negra, conforme esclarecimentos anteriores.

Nos cursos de pós-graduação *lato sensu*, o Plano de trabalho é elaborado e o desenvolvimento do conteúdo sobre o negro, é acompanhado por um professor orientador, também de acordo com informações anteriores.

Temas privilegiados no curso de pós-graduação *lato sensu*

Os trabalhos foram realizados por orientadores pedagógicos, uma professora do curso de formação de professores com a disciplina Didática, professoras de educação infantil e das séries iniciais de escolarização e professores das séries finais do ensino fundamental e do ensino médio.

As cursistas coordenadoras pedagógicas fizeram um censo étnico de suas escolas incluindo a relação cor, série e idade e discutiram a situação dos alunos negros com os docentes, solicitando sugestões para a superação da situação constatada, obtendo-se como respostas do corpo docente de uma das escolas, a proposta de inclusão nos currículos dos seguintes temas: África pré e pós colonial incluindo formas de resistência negra, O negro na história do Brasil e nos dias atuais, negros que se destacaram historicamente e nos dias atuais, identidade e religiões de matriz africana. A partir da listagem elaborada, os docentes selecionaram os conteúdos e atividades para as suas aulas.

A professora do curso de formação de professores, Didática, partiu de um censo etnicorracial com as estudantes e posteriormente incluiu no currículo o estudo e discussão da Lei 10639/03, das Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações etnicorraciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, bem como aplicação de um questionário nas escolas da comunidade pelas alunas sobre a legislação em questão. Estas atividades tiveram outros desdobramentos que enriqueceram a formação das alunas.

A História da África foi um tema privilegiado principalmente pelos concluintes com formação em história, recuperando significativamente a verdadeira história da África

Nas séries iniciais de escolarização e na educação infantil e mesmo nas últimas séries do ensino fundamental, a questão da identidade racial, preconceito e discriminação foi trabalhada a partir do tema da Diferença, abordando a questão no sentido amplo, incluindo outros grupos aos quais a sociedade atribui a priori qualidades negativas. A partir desta amplitude, os docentes particularizaram a questão negra, com significativos resultados. A utilização da literatura teve um espaço particular no estudo da diferença, com repercussões na construção da identidade racial dos alunos, com resultados que os levaram a migrar da autodeclaração de marca, para a autodeclaração de origem a partir da descoberta da origem racial negra dos componentes das suas famílias.

Com base em Oracy Nogueira e em estudos realizados por Thomas E. Skdimore, foram realizados estudos sobre preconceito de marca e de origem e sobre mestiçagem e ideal de branqueamento nas turmas de ensino fundamental e médio.

A questão da identidade racial foi incluída também no currículo de uma turma de educação de jovens e adultas e em um projeto Pró-jovem.

Temas privilegiados no curso de extensão, modalidade à distância

Como resposta à tarefa proposta na disciplina Raça, Currículo e Práxis Pedagógica, os concluintes do curso de extensão privilegiaram os temas que se relaciona a seguir, os quais, ainda que a priori, se restringiriam apenas a projetos, sem o desenvolvimento, em sua grande maioria, por cauda da brevidade do curso, foi introduzido no trabalho docente, também com resultados muito satisfatórios. Segue-se a relação dos temas contemplados:

África pré e pós-colonial com discussões sobre a descolonização – a conquista da independência pelos países africanos.

O negro na história do Brasil (rompendo com a história do ponto de vista do colonizador), a construção do racismo no Brasil, formas de resistência, com ênfase na organização dos quilombos

O negro no mercado de trabalho contribuindo para compreender que a condição do negro no mercado de trabalho é decorrente da discriminação que se mantém no imaginário individual e social ainda que cientificamente inconsistente.

O jongo e o negro nos sambas de enredo no Rio de Janeiro são temas que buscam a superação da lacuna existente entre as atividades culturais no âmbito da sociedade em geral e a educação visando o reconhecimento da participação do negro em tais atividades.

Classificação racial, incorporando os estudos sobre o ideal de branqueamento e confrontando a autodeclaração de marca à de origem, as atividades escolares contribuem para ratificar a origem negra dos estudantes, o que sem dúvida contribuem tanto para a saúde mental dos estudantes negros que eliminam o “ideal de ego branco” Costa (1983, p. 3) que é incompatível com as suas características fenotípicas, quanto para o fortalecimento das reivindicações de políticas públicas para promoção da igualdade racial.

Ação afirmativa, este tema, incluído nos currículos, principalmente do ensino médio, contribui para que os egressos da escola básica compreendam o significado desta forma de reparação para com diferentes grupos os quais tiveram violados seus direitos em educação e em relação a outros aspectos da cidadania como direito.

Questão de pele, com destaque nos conhecimentos científicos que explicam a maior ou menor quantidade de melanina nas pessoas e a sua irrelevância no âmbito das ciências naturais em contraposição à importância que é atribuída a este aspecto do fenótipo humano no âmbito das relações raciais que escapam do biológico e migram para o objeto de especulação científica das ciências sociais e humanas.

Literatura, destacam obras literárias onde o negro aparece de forma edificante, tanto nas imagens como nos textos. Neste espaço da literatura, foram apresentados negros que se destacaram sobre o título heróis negros. Falta, entretanto, um trabalho em que o estudante seja colocado apenas como leitor, mas também como autor, estimulando o seu potencial como escritor.

Religiosidade de matriz africana foi um tema incorporado por uma orientadora pedagógica em busca da desconstrução de aspectos subjetivos que partem de idéias equivocadas sobre os a resistência negra que privilegia a religiosidade. Nesta incorporação que foi realizada na construção do Projeto Político Pedagógico de uma escola, com a participação dos docentes, percebeu-se que um significativo número de professores manteve uma posição conservadora, por não estabelecerem os limites entre fé e razão e que a escola pública é um espaço que deve privilegiar a razão inclusive sobre questões religiosas, delegando as questões de fé às instituições religiosas, a despeito do grave equívoco da atual LDB determinar também à escola como espaço de disseminação da fé privilegiando apenas algumas religiões e contrapondo-se a posição de neutralidade religiosa que deve caracterizar a laicidade do Estado.

Valores com destaque nos seguintes: Igualdade, justiça social, tolerância e respeito. Quanto a este aspecto considera-se que deverá ser incorporado o diálogo entre os diferentes, por ser este um dos valores que tem um elevado grau de relacionamento porque no diálogo os sujeitos se

dispõem a ouvir-se mutuamente, relacionamento este que não se restringe a tolerar e a respeitar, mas também a interagir.

Preconceito, discriminação, racismo e cidadania plena foram questões também incorporadas nos currículos elaborados

Diferenças e identidade racial foram temas incluídos no desenvolvimento da ação docente, principalmente na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental tal qual ocorreu no curso de pós-graduação *lato sensu*.

Conclusão

Sintetizando o exposto, conclui-se que para que para que as questões sobre a diversidade racial negra em educação tomem o seu legítimo espaço nos currículos escolares, torna-se necessário que os profissionais do magistério em sua formação inicial e continuada, tenham oportunidade de compreender, a sua responsabilidade de promover a tais grupos, não delegando tal responsabilidade apenas aos profissionais negros. Tal compreensão é um trabalho a ser desenvolvido a partir de uma opção política geral de todos os cursos, que deverá definir com clareza o papel social da educação escolar que é o de promoção humana, independente do seu pertencimento a grupos quer seja de opulentos que detêm privilégios na sociedade, quer seja dos deserdados que têm seus direitos negados pela sociedade.

Aos opulentos cabe desvelar ainda que indiretamente, a ilegitimidade dos seus privilégios alcançados não raro por meio de aquisições ilegítimas de parte de

seus ascendentes que ao longo da história atuaram como violadores de grupos por eles oprimidos, violação esta que continua a ocorrer na contemporaneidade e que precisa ser interrompida por meio de ações estatais e não estatais que redistribuam os bens materiais e não materiais, orientados pelo princípio da igualdade. Aos violados, cabe garantir o conhecimento dos fatores sociais que os colocaram em situação de inferioridade para que suas argumentações em busca da igualdade sejam convincentes.

Retomando a questão da formação dos profissionais do magistério, é importante tem em vista que, compreender o papel social da educação não é condição suficiente para garantir uma educação de qualidade a todos. Torna-se necessária, além da decisão política que deverá ser provocada pela compreensão do papel mencionado, o domínio de conhecimentos sobre a questão da diversidade humana e

seus efeitos na educação e de conteúdos particulares que desnaturalizam a percepção equivocada sobre tais grupos e particularmente, na questão aqui privilegiada, sobre o negro.

Precisa-se atentar para o fato de que, os dois fatores citados nesta conclusão, não são necessariamente suficientes para garantir a transformação das práticas pedagógicas dos profissionais do magistério. Um ambiente escolar pouco receptivo a tais questões, por exemplo, tem grande poder de inibir tais transformações, pelo isolamento a que o profissional portador de tais quesitos é submetido. Por outro lado, é preciso que tais profissionais, com a devida formação sobre a diversidade humana, busquem em seus ambientes profissionais, os possíveis aliados ou os aliados em potencial, para a realização de atividades coletivas que fortalecem as práticas inovadoras, ampliando suas possibilidades de realização concreta.

Referências

BARBIER, René. *A pesquisa-ação*. Brasília: Líber Livro, 2004.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988.

_____. *Lei 10639/03*, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>.

_____. *Lei n. 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>.

CANDAUI, Vera Maria; LELIS, Isabel Alice. A relação teoria-prática na formação do educador. *Tecnologia Educacional*, ano XII, n. 55, nov./dez. 1983.

- CONSELHO Nacional da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*, 2004.
- COSTA, Jurandir Freire. Da cor ao corpo: a violência do racismo. In: SANTOS, Neusa Souza. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- NOGUEIRA, Oracy. *Tanto preto quanto branco*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.
- OLIVEIRA, Iolanda. *Cor e magistério* (Org.). Rio de Janeiro: Quartet; Niterói: EdUFF, 2006.
- SEYFERTH, Giralda. *O conceito de raças e as ciências sociais*. Rio de Janeiro: Depto. De Antropologia, Museu Nacional, 2001. (Mimeo).
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- SNYDERS, Georges. *Pedagogia Progressista*. Coimbra: Livraria Almedina, 1974.
- SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- UNIVERSIDADE DE LLEIDA. *Los valores y la didáctica de las ciencias sociales*. Espanha, 1998, p. 59-67.
- VASCONCELLOS, Celso dos Santos. *Planejamento*. São Paulo: Libertad, 1995.

Recebido em janeiro de 2011.

Aprovado para publicação em março de 2011.

